

**Título:** Paisagens Atlânticas: marfins, corais, casas e quintais na cultura material dos alforriados em Minas Gerais

**Autor:** Rogéria Cristina Alves

Doutoranda em História Social da Cultura (UFMG); pesquisadora de temas sobre a escravidão em Minas Gerais no século XVIII; História de Angola pré-colonial; Educação das Relações Étnico Raciais e Ensino de História; professora da Universidade do Estado de Minas Gerais, na Faculdade de Educação (UEMG/FaE/CBH).

**E-mail:** rogeria.alves@uemg.br

A proposta desta comunicação é pensar os impactos da presença de origem africana na paisagem ambiental e cultural, nas Minas Gerais setecentista, sob duas perspectivas: a partir da cultura material e a partir da ocupação dos espaços físicos. A primeira perspectiva, analisar a presença de algumas matérias primas entre os bens materiais da população alforriada, se desdobra em alguns questionamentos. Fundamentada na análise dos testamentos e inventários *post-mortem* da população de origem africana, que conseguiu comprar a própria liberdade, angariar bens e ainda legá-los a parentes e amigos, essa perspectiva propõe um olhar mais acurado sobre as escolhas materiais que foram possíveis a estes sujeitos, investigando-se a origem de tais matérias e ampliando as percepções sobre o comércio colonial de tais bens. Marfim, corais e aljôfares são exemplos de alguns dos materiais de origem animal encontrados entre os bens que pertenceram à população alforriada. Mas qual seria a origem destas matérias-primas? Sabe-se, de antemão, que algumas delas, como o marfim, não originário do Brasil, certamente esteve envolto em uma travessia atlântica, que abrangeu outros sujeitos e outras paisagens. Neste sentido, concorda-se com Okinwumi Ogundiran, ao ressaltar-se a necessidade de ampliação sobre abordagem econômica empreendida sobre o trânsito comercial, estabelecido através do oceano Atlântico — considerando-se os objetos envolvidos nesse deslocamento, como capital cultural e político, capazes de alterar as realidades físicas e cognitivas das pessoas, sendo provocadores de transformações culturais. Outro ponto a ser destacado é que estudo sobre a Cultura Material supera o simplório arrolamento de diferentes artefatos. E, antes, preconiza a reflexão sobre a posição destes objetos no universo dos sujeitos — que se relacionam por meio de símbolos e poderes, e que interagem de formas distintas. Desta forma, também é possível refletir sobre os significados que estes materiais adquiriam para os seus portadores: Seriam reminiscências de seus lugares de origem ou seriam símbolos de distinção de uma sociedade colonial? A segunda perspectiva, liga-se à ocupação dos espaços físicos nas Minas Gerais setecentistas, que o grupo alforriado ocupava. Em vilas coloniais movimentadas como Vila Rica, Mariana e Sabará forros e forras habitaram ruas centrais, dispuseram de quintais e espaços verdes em suas casas, e fizeram questão de registrar esses detalhes em seus testamentos. Como seria pensar a ocupação destes espaços por estes sujeitos, muitas vezes tornados invisíveis em investigações sobre as paisagens físicas das opulentas vilas coloniais? Ao propor uma leitura sobre essas presenças, pretende-se evidenciar a participação de homens e mulheres negras, de origem africana, na construção dos espaços sociais e físicos das vilas mineiras, para além das senzalas e outros espaços subalternos. Neste sentido, ressalta-se que a análise sobre a natureza dos discursos presentes no *corpus* documental utilizado por esta pesquisa, bem como a importância do contexto de produção de cada uma destas fontes históricas foi uma preocupação constante e evidenciou um exercício historiográfico pautado na contemporânea proposta de uma "ecologia dos saberes".